



“Questão Social, Pandemia e Serviço Social: em defesa da vida e de uma educação emancipadora”

Eixo temático: Serviço Social: Fundamentos, Formação e Trabalho Profissional

Sub-eixo: Trabalho profissional

O MERCADO DE TRABALHO PROFISSIONAL: a realidade da inserção dos/as egressos/as da pós-graduação em Serviço Social na Paraíba.

MOEMA AMÉLIA SERPA LOPES DE SOUZA ¹
ANNA RAQUEL ANDRADE GONZAGA ²
MIKAELE DE VÉRAS MATIAS ²

Resumo: Este artigo apresenta a discussão temática sobre a inserção dos/as egressos/as da Pós-Graduação em Serviço Social no mercado de trabalho profissional. Resulta da síntese dos resultados de uma pesquisa acadêmica que objetivou analisar a dinâmica de inserção dos/as egressos/as do PPGSS no mercado de trabalho. Constitui-se num estudo bibliográfico e documental que analisou os dados disponíveis nas Plataformas Sucupira/CAPEs e Lattes/CNPq e na Secretaria do Programa. A síntese dessas informações identificou que a inserção no ensino superior privado e nas políticas sociais, tem se configurado como principais postos de trabalho que incorporam esses/as egressos/as.

Palavras-chave: Mercado de Trabalho. Serviço Social. Egressos/as da Pós Graduação.

Abstract: This article presents the thematic discussion about the insertion of graduates from the Postgraduate Program in Social Work in the professional job market. It results from the synthesis of the results of an academic research that aimed to analyze the dynamics of insertion of PPGSS graduates in the job market. It is a bibliographic and documentary study that analyzed the

1 Professor com formação em Serviço Social. Universidade Estadual Da Paraíba

2 Estudante de Graduação. Universidade Estadual Da Paraíba

data available on the Sucupira/CAPES and Lattes/CNPq platforms and at the Program Secretariat. The synthesis of this information identified that the insertion in private higher education and in social policies has been configured as the main Jobs that incorporate these graduates.

Keywords: Work market. Social Service. Graduate students.

1 INTRODUÇÃO

As reflexões apresentadas neste artigo têm a intenção de colocar em discussão as atuais configurações do mercado de trabalho profissional a partir da realidade da inserção de egressos/as da pós-graduação em Serviço Social frente ao processo de contrarreforma das relações de trabalho no Brasil. Neste sentido, sistematiza os resultados da pesquisa “Mercado de Trabalho Profissional: a inserção dos/as assistentes sociais egressos/as da Pós-Graduação em Serviço Social”, desenvolvida junto ao Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica PIBIC/CNPq - cota 2020/2021, como parte das atividades do Grupo de Estudos e Pesquisa sobre Trabalho e Proteção Social – GETRAPS. Vale ressaltar que a pesquisa realizada adequou-se ao contexto pandêmico, utilizando-se das atividades remotas para dar continuidade a sua realização, mesmo diante das limitações impostas por este contexto.

É uma pesquisa orientada pela crítica dialética privilegiando um estudo de caráter documental e bibliográfico, tendo como fonte de dados o atual arcabouço jurídico que ordena as relações de trabalho no Brasil, bem como os dados consolidados da Plataforma Sucupira/CAPES, da Plataforma Lattes/CNPq e da Secretaria da Pós-Graduação em Serviço Social. O lapso temporal do estudo compreendeu o período de 2015-2021, considerando que a primeira turma do programa ingressou em 2013, tendo finalizado o curso no ano de 2015, só sendo possível identificar os egressos/as a partir deste ano.

Destacamos a relevância desse estudo, na medida em que este visa adensar conhecimento crítico a área do serviço social sobre as particularidades da profissão, notadamente na realidade paraibana, buscando o aprofundamento teórico das tendências que assumem o trabalho no contexto atual e o processo de inserção dos/as assistentes sociais egressos/as da pós-graduação neste mercado de trabalho, trazendo para o debate a particularidade de uma demanda de profissionais qualificados/as e sua incorporação numa realidade de avanço e agravamento da precarização, com fortes implicações para a vida desses/as trabalhadores/as.

2 A CONTRARREFORMA TRABALHISTA E SUAS EXPRESSÕES NO MERCADO DE TRABALHO DOS/DAS ASSISTENTES SOCIAIS

A pandemia do novo coronavírus nos tem mostrado que o capitalismo, atrelado à ideologia neoliberal, mesmo diante de tempos sombrios, mantém seu caráter destrutivo de acumulação e obtenção de lucros a qualquer custo, inclusive o da vida. A esse respeito, Antunes (2020), ao falar do capital pandêmico, aponta que “[...] sua dinâmica é muito mais brutal e intensa para a humanidade que depende do trabalho para sobreviver”. O que evidencia-se é que, em plena pandemia, os ricos continuam cada vez mais ricos e os pobres cada vez mais empobrecidos, levando a crescente parcela da população a condição de miserabilidade.

É preciso destacar que a pandemia não é a única responsável pelo agravamento das condições de vida e trabalho. Segundo Raichelis e Arregui (2021), esta crise do capital não emerge com a pandemia, pois desde 1970 que estamos experimentando uma crise estrutural do capital. Antunes (2010) já sinaliza a dimensão dessa crise e sua ofensiva sobre o trabalho. Para ele, a crise capitalista mundial vem contribuindo para a deterioração da legislação que

regulamenta as relações de trabalho, e, conseqüentemente, tem colaborado para o surgimento de uma nova morfologia do trabalho, repercutindo na esfera das profissões, expressando-se através da ampliação de contratos temporários e da subcontratação, do pluriemprego, da polivalência, da desespecialização, da informalidade etc.

A atual tendência da desregulamentação do trabalho representa um processo de desagregação da proteção social que se expressa nas relações, nos processos e na organização do trabalho. Concretiza-se, não só pelas modificações nas ações normativas, legais e jurídicas, mas pelas imposições de uma lógica mercantil e produtiva que desvaloriza o trabalho, pela via da intensificação do uso da força de trabalho, pela captura de sua subjetividade e pela ameaça frequente do desemprego e da desproteção social.

No caso brasileiro, a partir de 2017, a concretização das modificações na legislação trabalhista agudiza a tendência contrarreformista na medida em que anula, restringe, flexibiliza o acesso à proteção ao trabalho. A proposição da nova legislação trabalhista³ carrega uma lógica eivada de modernização do mundo do trabalho que desonera o capital dos custos com o trabalho e remete ao/a trabalhador/a uma suposta liberdade de empregabilidade e empreendedorismo, mas que não o desvincula do trabalho assalariado, produtor de mais valor, só que agora desprovido da proteção social.

A partir de uma nova legislação trabalhista, ficam explícitas as atuais exigências de racionalização da força de trabalho para atender aos interesses do atual modelo da produção capitalista que vem produzindo uma flexibilização predatória do mercado de trabalho, que se reflete também no âmbito da profissão. Simultaneamente ocorrem importantes deslocamentos nos modos de gestão e contratação de trabalhadores/as através da terceirização de serviços públicos por meio da subcontratação de empresas ou instituições intermediadoras. Isso se reflete no âmbito da profissão através da ampliação do exercício profissional

³Basicamente a nova legislação incorpora a Lei nº 13.429/2017 que regulamenta a terceirização para as atividades fins no âmbito público e privado; a Lei nº 13.467/2017, a Lei da Reforma Trabalhista, que altera a CLT, modificando cerca de 200 dispositivos e passando a rever pontos específicos de outras legislações que continham interpretações favoráveis aos/as trabalhadores/as.

privado autônomo, temporário e fragmentado em projetos e tarefas, como também das parcerias público-privadas em diversas modalidades e áreas das políticas sociais (RAICHELIS, 2018).

A inserção do/a assistente social no mercado de trabalho está registrada em alguns estudos realizados antes da Reforma Trabalhista de 2017, a exemplo da pesquisa do CFESS⁴ de 2005 e outra, mais atual, do DIEESE⁵ de 2013. Segundo os estudos do DIEESE (2013), que acompanhou a evolução do mercado formal de trabalho, o número de assistentes sociais inseridos/as no mercado profissional apresentou um crescimento significativo, passando de 96.535 no ano de 2004, para 204.747 em 2013, demonstrando que num intervalo de 10 anos o número de profissionais duplicou, “muito acima do crescimento verificado no mercado de trabalho como um todo” (DIEESE, 2013, p. 4). O movimento de expansão das políticas públicas, bem como do terceiro setor, na primeira década dos anos 2000, impactou o mercado de trabalho profissional, ocorrendo também um expressivo crescimento dos níveis de ocupação da profissão na região Nordeste, que passou de 17,4% em 2004 para 29,4% em 2013, apontando uma desconcentração deste mercado que em 2004 apontava a região Sudeste com 48,8% dos/as assistentes sociais ocupados no país (DIEESE, 2013).

Dados da pesquisa do CFESS(2005) sinalizam que, até o início dos anos 2000, a inserção da categoria profissional neste mercado não requisitava maiores níveis de qualificação e aperfeiçoamento. Segundo CFESS (2005), o mercado de trabalho incorporava, majoritariamente, profissionais que possuíam apenas a graduação, representando, em 2005, 55,34%. Entretanto, a especialização *latu senso* comparece com 36,26% de profissionais e com índices pouco expressivos aparecem mestres/as, 6,49%, e doutores/as e pós-doutores/as com menos de 2%. No Nordeste, os/as especialistas representam 40,64% dos/as profissionais inseridos no mercado. Na disputa pela ocupação de postos de trabalho, a qualificação via especialização aparece de forma significativa, inclusive para fazer

4Assistentes Sociais no Brasil: elementos para o estudo do perfil profissional. / CFESS, 2005.

5Quem são os assistentes sociais no Brasil. /DIEESE, 2013

frente à concorrência que vem privilegiando, mesmo no serviço público, análise de currículos como forma de ingresso em detrimento de concursos públicos.

Em que pese um movimento que sinaliza uma expansão no mercado de trabalho profissional o que se atesta é uma tendência que expõe os/as assistentes sociais ao desemprego em larga escala, a redução de postos formais de trabalho, a polivalência e a multifuncionalidade no trabalho, ao aumento da terceirização e do empreendedorismo, a desregulamentação dos direitos trabalhistas e de valorização do capital, em detrimento dos direitos trabalhistas.

Impõe-se uma nova morfologia do trabalho nos serviços públicos (RAICHELIS, 2018), fundamentada por uma nova legislação que oferece contratos de trabalho temporário com vínculos vulneráveis. Logo, impõe uma inserção precária no mercado por meio da expansão dos contratos flexíveis e a restrição dos direitos trabalhistas como férias, licenças remuneradas e 13º salário, bem como a extensão da jornada de trabalho, a rotatividade e uma maior requisição de seletividade e imediatividade das ações profissionais.

A rigor, o mercado de trabalho profissional vem sendo marcado pela ausência de garantias do trabalho protegido, com graves repercussões sobre as ações profissionais e, como destaca Raichelis (2010, p 759), “[...] as ações desenvolvidas passam a ser subordinadas a prazos contratuais e aos recursos financeiros destinados para esse fim, implicando descontinuidades, rompimento de vínculos com usuários”. Essa instabilidade, por exemplo, é indutora da fragmentação e desmobilização dos/as trabalhadores/as, fragilizando também os vínculos com as organizações sindicais (DAVI *et al*, 2012).

Guerra (2010b) enfatiza que vem se configurando um mercado profissional, que requisita exigências de qualificação profissional, que conjuga flexibilização e precarização evidentes em,

“[...] mudanças na legislação trabalhista, subcontratação, terceirização, emprego temporário, informalidade, jornadas de trabalho e salários flexíveis, multifuncionalidade ou polivalência, desespecialização, precariedade dos espaços laborais e dos salários” (GUERRA, 2010a, p. 719).

Podemos afirmar que o mercado profissional enfrenta as tendências da nova gestão do trabalho, marcada pela precarização do trabalho e retirada de direitos, no qual também evidencia-se a descontinuidade do trabalho profissional e sua fragmentação, afetando a objetividade da sua atuação no âmbito das políticas sociais, bem como compromete a autonomia profissional, ainda que esta seja relativa, como afirma Iamamoto (1982). Essa tendência implica para os/as profissionais uma dimensão da precarização relacionada às condições de realização do trabalho.

Comparecem novas requisições que contrariam o Código de Ética Profissional de 1993 e as atribuições e competências legais da profissão, fomentando ações de caráter moral e punitivo que reatualiza um perfil profissional não sintonizado com o atual projeto ético político da profissão e com as Diretrizes Curriculares de 1996. Outro elemento cada vez mais presente na profissão é o processo de informatização, que ao invés de facilitar dinâmicas e processos de atendimento às reais necessidades dos/as usuários/as, contribuem para o controle excessivo do/a profissional e dos/as usuários/as, por meio de uma racionalidade burocrática disciplinadora e unificadora dos processos que ficam cada vez mais burocráticos (SANTOS, 2010).

Essas reflexões evidenciam o movimento de contrarreforma, que ao tempo que investe contra o trabalho socialmente protegido, também direciona sua ofensiva para as políticas sociais brasileiras, campo majoritário de inserção profissional. É neste contexto que precisamos situar a inserção dos/as egressos/as da pós-graduação em Serviço Social no mercado de trabalho, bem como problematizar alguns aspectos da particularidade da política educacional, em especial o ensino superior brasileiro.

2.1. A particularidade do ensino superior brasileiro e a formação profissional

A formação de nível superior no Brasil, a partir dos anos 1990, tem sido

marcada pela mercadorização evidente nas propostas de parcerias público-privadas regidas pelas orientações das demandas do mercado de trabalho e dos organismos internacionais do capital, a exemplo do Banco Mundial, seguindo a tendência das privatizações⁶, corporificando a trajetória declinante da universidade pública de qualidade. A crescente expansão do setor privado na educação superior, que atinge os níveis de graduação e pós-graduação, se consolida com o aumento quantitativo das instituições de ensino privadas, em que uma parcela significativa destas oferece modalidades de ensino à distância e semipresencial, que não priorizam o tripé ensino, pesquisa e extensão, princípios fundamentais da universidade pública, mas que estão fora dos interesses do mercado.

É importante destacar que o curso de Serviço Social tem sido um grande “filão” deste mercado ocupando significativo número de vagas ofertadas pelas instituições privadas de ensino e a ampliação dessas vagas se dá principalmente nas modalidades à distância, posto que o curso é de relativo baixo custo, o que beneficia o setor empresarial nacional e estrangeiro. Segundo dados do Cadastro Nacional de Cursos e Instituições de Ensino Superior (IES) / Cadastro e-MEC/2021, 73,34% dos cursos de Serviço Social são ofertados por instituições privadas, com destaque para as IES na modalidade a distância que são responsáveis por 209.493 vagas, em detrimento de 44.701 vagas no ensino presencial.

A introdução da lógica empresarial no ensino superior acompanha um cenário de competitividade e individualismo exacerbado para os/as docentes e discentes, afetando a qualidade dos serviços prestados e promovendo um maior desgaste físico e mental. Essa lógica também converte as instituições de ensino superior em fábricas de diplomas, através do aligeiramento do processo de ensino em que o conhecimento é transmitido de forma mais rápida e simplificada possível tendo em vista o cumprimento da formação, independentemente da qualidade desta formação.

Dentro desta lógica, verifica-se o rebaixamento da concepção da educação superior como um direito social para a condição de mercadoria, assim “[...] temos

⁶Um exemplo bem emblemático é o atual projeto do governo federal para as universidades públicas, o denominado “FUTURE-SE” minuta do projeto:

<http://estaticog1.globo.com/2019/07/19/programa_futurese_consultapublica.pdf>

visto no meio profissional que a corrida dos assistentes sociais para a sua qualificação os leva, em alguns casos, a participar de cursos sem qualidade, aligeirados ou voltados para a habilitação no domínio instrumental” (GUERRA, 2010).

Por fim, na formação no âmbito da pós-graduação a lógica mercantil tem supervalorizado a produção bibliográfica dos/as docentes e discentes e o encolhimento do tempo médio para a titulação de mestres/as e doutores/as. Nesse processo, destacam-se os retrocessos na pós-graduação como reflexo do sucateamento e desvalorização da educação de modo geral, fato este somado à falta de incentivo à pesquisa. Em contrapartida, mantém-se as exigências do mercado em detrimento de condições objetivas para realizar a pesquisa, principalmente nas instituições públicas.

Contudo, não podemos desconsiderar que as entidades representativas da categoria profissional, a Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social/ABEPSS e o CFESS, têm implementado estratégias de resistência na defesa de uma formação profissional alinhada ao projeto ético-político profissional, colocando-se contra, principalmente, ao ensino a distância, a implementação do mestrado profissional, ao prolongamento do Ensino Remoto Emergencial, dentre outras.

2.2 A inserção dos/as egressos da pós-graduação em Serviço Social no mercado de trabalho

Produzir reflexões para apreender a dinâmica de inserção no mercado de trabalho de assistentes sociais egressos/as da pós-graduação em Serviço Social/UEPB, exige a problematização de dois eixos temáticos de análise: a formação profissional e o mercado de trabalho do/a assistente social, os quais mantêm uma vinculação por estarem vivenciando um movimento de expansão precarizada.

O que se atesta é que tanto o ensino superior em serviço social, bem como seu mercado de trabalho, vem sofrendo os impactos do processo de expansão e precarização capitaneado pela lógica do mercado. Sem sombra de dúvida, esse movimento tem repercussões significativas para a formação e para o exercício profissional constituindo-se em novos desafios à profissão.

Na realidade paraibana, universo de preocupação desta síntese, acreditamos que esse movimento se faz presente principalmente quando nos aproximamos de dados que revelam as particularidades da formação pós-graduada em Serviço Social em uma universidade estadual e apreendendo as formas de inserção de seus/suas egressos/as no mercado de trabalho.

O Programa de Pós-graduação em Serviço Social, universo dessa pesquisa, iniciado em 2013, emergiu num contexto de expansão do ensino superior brasileiro, fortemente marcado por um processo de flexibilização e aligeiramento da formação profissional que vem atingindo a graduação e a pós-graduação no Brasil.

É neste contexto que se dá a expansão das pós-graduações em Serviço Social e registrando-se que “[...] na década entre 1996 e 2016, o crescimento percentual dos Programas de Pós-graduações nessa área foi próximo a 280% (passando de 12 para 34)” (CAPES, 2019, p. 5). Atualmente existem 36 cursos de pós-graduação na área 32, como é denominada a área de Serviço Social, com 36 programas em nível de mestrado e 20 em nível de doutorado⁷.

O PPGSS vem fortalecendo a interiorização do ensino da pós-graduação em Serviço Social na região Nordeste, particularmente na Paraíba, evidenciado pela presença sistemática de inscrições de candidatos/as provenientes de diversas cidades do interior da Paraíba, como também de residentes nos estados da Bahia, Pernambuco, Ceará, Rio Grande do Norte, entre outros. Esta demanda confirma a visibilidade do Programa na região, incorporando discentes provenientes das instituições de ensino públicas e privadas das cidades do interior do estado e do Nordeste (CAPES/SUCUPIRA, 2018).

⁷“Em síntese, a área de Serviço Social, em 2018, contabilizou 20 Cursos de Doutorado (PUC/RS, PUC/SP, PUC-Rio, UFMA, UFRJ, UFPE, UnB, UNESP, UERJ, UFF, FUFPI, UFES, UFV, UEL, UFSC, UCPel, UFRN, UFPA, UFAL e UFJF) e 36 Cursos de Mestrado, todos acadêmicos.” (CAPES, 2019, p. 7)

Nesta perspectiva, assume-se como proposta uma formação qualificada de docentes e pesquisadores/as na área capazes de problematizar e qualificar o debate, bem como fomentar propostas de enfrentamento da realidade socioeconômica e cultural do Brasil, em especial do Nordeste e da Paraíba.

Conforme os dados do Relatório Sucupira - CAPES de 2017/2020, o PPGSS acompanhou 62 egressos/as que se titularam entre os anos de 2015 e 2020, desta forma incorporando o lapso temporal do último quadriênio. Este acompanhamento vem sendo realizado mediante o envio de formulário específico preenchido pelo/as egressos/as e o monitoramento do currículo *lattes*, o que tem possibilitado um canal de comunicação com esse segmento. Vale destacar que dentre esses 62 egressos/as, 14 não informaram/registram qualquer tipo de atividade.

As informações coletadas a partir desse acompanhamento permitiram identificar algumas particularidades da demanda para PPGSS. A análise inicial se refere à formação acadêmica da graduação dos/as egressos/as e indica que esta tem sido predominantemente na área de Serviço Social, sendo assistentes sociais 88% do total de egressos/as que vem sendo acompanhados pelo programa.

Além de assistentes sociais, o PPGSS vem incorporando profissionais das áreas afins, sendo estas do Direito 8% e Comunicação Social 4%, totalizando 12% dos egressos identificados. Vale ressaltar que todas as propostas de estudo apresentadas e aprovadas nos processos seletivos encontram-se em concordância com a área de concentração e as linhas de pesquisa do Programa, contribuindo para o fortalecimento e a consolidação da agenda de pesquisa no Serviço Social (CAPES/SUCUPIRA, 2018).

Neste perfil de egressos/as comparece, como tendência histórica, a prevalência do sexo feminino sendo as mulheres representando 85% e os homens 15%. Essa tendência também é confirmada pelos dados da pesquisa realizada ABEPSS - gestão 2017-2018, que traçou o perfil dos/as discentes da pós-graduação em Serviço Social no país, apresentando 83% deste universo é composto por mulheres e apenas 17% pelo sexo masculino (ABEPSS, 2018).

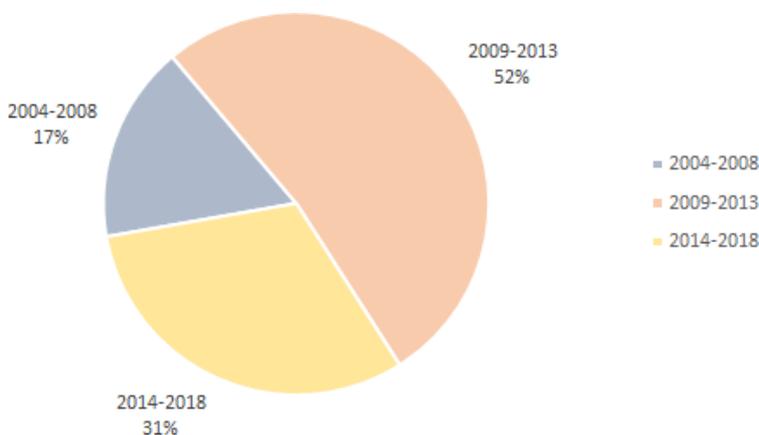
Identificamos também que neste universo pesquisado há um significativo número de discentes provenientes do ensino público. Os dados coletados mostram

que 92% dos egressos concluíram a graduação em instituições públicas, sendo 73% estadual e 19% federal; enquanto apenas 8% se formaram em instituições privadas, podendo demonstrar que a formação em Serviço Social pública e presencial tem constituído um caminho para o ingresso no ensino de pós-graduação. Cabe destacar que o PPGSS vem recebendo um considerável número de discentes da universidade estadual, vindos ou não da graduação em Serviço Social.

Além desses elementos, nota-se, a partir dos dados coletados, a relevância de identificar a interface deste perfil de egressos/as com as requisições do mercado de trabalho, merecendo destaque, portanto, o ano de graduação dos/as egressos/as. Os dados apontam que 17% egressos/as concluíram o curso de graduação entre os anos de 2004-2008; 52% concluíram entre 2009-2013; e 31% concluíram entre 2014-2018.

O gráfico 1, ilustra as informações a este respeito.

Gráfico 1 – Ano de conclusão do curso de graduação dos/as egressos/as do PPGSS/UEPB



Fonte: SERPA *et.all*, 2019

Destacamos o ano de conclusão da graduação para demonstrar que o intervalo entre a conclusão do curso e o ingresso na pós-graduação tem um

movimento particular que revela a busca de uma melhor qualificação profissional para inserção no mercado de trabalho. Os dados apontam que 31% concluíram a graduação entre os anos 2014 e 2018, o que permite identificar que o PPGSS vem incorporando um contingente expressivo de profissionais recentemente saídos da graduação. Essa busca por qualificação pode estar relacionada à possibilidade de melhor inserção no mercado de trabalho, bem como pela ausência de oportunidades de trabalho que impulsionem os/as recém formados/as a optarem por investir em capacitação.

Os dados do acompanhamento dos/as egressos/as também apontam que, dos 62 egressos, 14 não informaram qualquer tipo de atividade e que desses/as, 06 (seis) são assistentes sociais, que provavelmente podem estar desempregados/as ou inseridos/as em atividades desvinculadas da profissão.

Do universo de egressos/as inseridos no mercado, que incluem 48 profissionais, identificamos a prevalência de dois campos de atuação, a docência no ensino superior e a inserção nas políticas sociais. Em números absolutos teremos 15 egressos/as exercendo a docência em nível superior em cursos de graduação em Serviço Social, principalmente em instituições privadas. Desses profissionais, 08 atuam também como assistentes sociais no serviço público, realizando, portanto, uma jornada de trabalho intensificada pelo duplo vínculo, a docência e o trabalho direcionado às políticas sociais.

Outra inserção significativa é no exercício profissional no âmbito das políticas sociais, demonstrando que, desse universo de egressos/as, 25 estão inseridos/as em instituições públicas trabalhando junto a diferentes políticas sociais, exercendo, majoritariamente, a função de assistente social, trabalhando nas áreas de assistência social, saúde, habitação, criança e adolescente, previdência social, com destaque para atuação em hospitais, prefeituras, Unidade de Pronto Atendimento, CAPS, CRAS, INSS, entre outros espaços ocupacionais.

A incorporação dos/as egressos/as pelo mercado de trabalho tem tido expressiva participação na atividade da docência, em especial nas instituições privadas, que apesar de representar um mercado de trabalho em expansão, tem como característica

“[...] os contratos temporário, a insegurança, a instabilidade, a rotatividade, o assédio moral por parte de patrões e até de alunos, a redução de encargos trabalhistas, a desresponsabilização dos empregadores com o pagamento dos direitos trabalhistas, a exemplo do fundo de garantia pelo tempo de serviço (FGTS), ausência da contribuição previdenciária, décimo terceiro salário, férias. Ainda mais, de um modo geral, o valor da remuneração do trabalho pago aos professores não leva em conta as titulações acadêmicas, nivelando-os por baixo, tudo com amparo legal” (GUERRA, 2010b, p.97).

Os dados indicam uma inserção precária no mercado de trabalho da docência, pois também possuem outro vínculo empregatício, o que caracteriza o pluriemprego que segundo Guerra (2010b).

O mercado de trabalho profissional tem revelado cada vez mais a presença do pluriemprego. Segundo Guerra (2010), este pluriemprego é marcado pela inserção socioprofissional em duas ou mais políticas sociais, ou em duas ou mais atividades, submetendo os/as profissionais a rotatividade no emprego, instabilidade e insegurança, a jornada de trabalho extensa e os baixos salários. Este fato aliado ao interesse por uma maior qualificação profissional após a graduação pode indicar que a forte tendência contrarreformista já são bem visíveis e presentes no mercado de trabalho profissional, inclusive atingindo profissionais com formação pós-graduada.

Também é importante destacar a inserção de egressos/as do programa nos cursos de doutorado, mantendo a continuidade do processo de capacitação. No PPGSS temos um número expressivo de egressos/as já inseridos/as no doutorado, o que contabiliza 15 com o doutorado em andamento e 1 egressa com o doutorado concluído, revelando, mais uma vez, a busca por uma maior qualificação pós-graduada. Vale destacar, que a maioria desses egressos/as também estão inseridos no mercado de trabalho, tanto na docência, quanto no exercício profissional nas políticas sociais, conciliando o trabalho com atividades na pós-graduação.

Analisando o conjunto das informações obtidas no processo de coleta e análise dos dados verifica-se a presença de uma inserção precarizada no mercado

revelada pela manutenção de vínculos temporários - acarretado, na maioria das vezes, pela ausência de concursos. Identificamos que a inserção de egressos/as do PPGSS no mercado de trabalho revela um traço de precarização considerando que os vínculos trabalhistas predominantes são de professor substituto e de contratos temporários, prestadores de serviços e/ou cargos comissionados em programas e projetos no âmbito das políticas sociais. Essa é a realidade de mais de 50% do universo desses/as egressos/as.

A expansão do ensino superior privado e a inserção temporária no mercado de trabalho no âmbito das políticas sociais, também precarizadas, tem representado a atual configuração do mercado de trabalho que incorpora os/as egressos/as dos programas de pós-graduação em Serviço Social no Nordeste, em especial na Paraíba.

3 CONSIDERAÇÕES GERAIS

Os limites e possibilidades dos resultados até aqui apresentados indicam um perfil geral dos/as egressos/as da pós-graduação em Serviço Social e sua inserção no mercado de trabalho profissional. Pode-se constatar que o PPGSS objeto da pesquisa vem atendendo aos requisitos de formar recursos humanos qualificados para o exercício da docência e do exercício profissional nas diversas políticas sociais, entretanto a inserção no mercado de trabalho corresponde a uma lógica que submete trabalhadores/as, ainda que sejam qualificados/as, aos interesses da supressão de direitos e desvalorização da força de trabalho. Neste sentido, os investimentos em qualificação profissional não distanciam a força de trabalho das ofensivas precarização do trabalho ainda mais num contexto de intensa regressão das conquistas no âmbito das políticas sociais e direitos sociais e, com a crise sanitária, os processos de contrarreforma ganharam contornos ainda mais nocivos.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, R. **CORONAVÍRUS o trabalho sob fogo cruzado**. São Paulo. Boitempo, 2020.

CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. **Documento de Área do Serviço Social**. São Paulo, 2019.

CAPES/SUCUPIRA. **Relatório Sucupira do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Estadual da Paraíba**. Brasília, 2018.

DAVI, Jordeana. *et al.* **As Configurações do Trabalho do Assistente Social no Sistema Único de Assistência Social – SUAS nos municípios de Campina Grande e João Pessoa- PB**. Relatório Final (PIBIC) - CNPQ. Campina Grande, UEPB. 2012.

DIEESE, **Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos**. Quem são os assistentes sociais no Brasil. São Paulo, 2013.

GUERRA, Yolanda. A formação profissional frente aos desafios da intervenção e das atuais configurações do ensino público, privado e a distância. *In: Revista Serviço Social e Sociedade*, São Paulo, n.104, p. 715-736, 2010a.

GUERRA, Yolanda. Serviço Social: Dilemas da precarização e estratégias de enfrentamento. *In: COSTA, G. M. et al (Orgs.). Crise contemporânea e Serviço Social*. Maceió: Edufal, 2010, p, 85-110.

IAMAMOTO, M V; CARVALHO, Raul de. **Relações sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. São Paulo: Cortez, 1982.

RAICHELIS, Raquel. Intervenção profissional do assistente social e as condições de trabalho no SUAS. *In: Serviço Social e Sociedade*. n 104, São Paulo: Cortez, 2010, p, 750- 772.

RAICHELIS, Raquel; ARREGUI, Carola C. **O trabalho no fio da navalha: nova morfologia no Serviço Social em tempos de devastação e pandemia**. *In: Serv. Soc. Soc.*, São Paulo, n. 140, p. 134-152, jan./abr. 2021.

RAICHELIS, Raquel. Serviço Social: trabalho e profissão na trama do capitalismo contemporâneo. *In: A nova morfologia do trabalho no Serviço Social/organização: Raquel Raichelis, Damares Vicente, Valéria Albuquerque*. – São Paulo: Cortez, 2018.p 25 -65.

GALILEI, Redação. **33,1 milhões de brasileiros não têm o que comer, aponta levantamento**. Disponível em: <https://revistagalileu.globo.com/Sociedade/noticia/2022/06/331-milhoes-de-brasileiros-nao-tem-o-que-comer-aponta-levantamento.html>. Acesso em: Agosto de

2022.

SANTOS, S.M.M. O CFESS na defesa das condições de trabalho e do projeto ético político profissional. *In: Revista Serviço Social e Sociedade*, n.104. São Paulo: Cortez, 2010, p. 695-714.

,